

REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ABRANTES

Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Abrantes

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Leis habilitantes

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 53º, nº 1, alínea n) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, bem como ao abrigo do artigo 6º da Lei nº 33/98, de 18 de Julho.

Artigo 2º

Objecto

O presente Regulamento estabelece os objectivos, a competência, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança de Abrantes.

Artigo 3º

Definição

O Conselho Municipal de Segurança de Abrantes é uma entidade de âmbito municipal de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação, que constitui um meio de participação institucional de organismos públicos e de parceiros sociais na promoção dos objectivos de garantia de inserção social, de segurança e de tranquilidade das populações.

Artigo 4º

Objectivos

São objectivos do conselho:

- a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;
- b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos na área do município e participar em acções de prevenção;
- c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social na área do município;
- d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportuno e directamente relacionados com questões de segurança e inserção social.

Artigo 5º

Competências

Para a prossecução dos objectivos previstos no artigo 4º, compete ao Conselho, no âmbito do município de Abrantes, dar parecer sobre:

- a) A evolução dos níveis de criminalidade;
- b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança;
- c) Os índices de segurança e o ordenamento social;
- d) Os resultados da actividade municipal de protecção civil e de combate a incêndios;
- e) As condições materiais e os meios humanos afectos às actividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;
- f) A situação sócio-económica municipal;
- g) O acompanhamento e apoio às acções dirigidas, em particular, à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfico de droga;
- h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção.

CAPÍTULO II

Composição e Mesa

Artigo 6º

Composição

1. Integram o conselho:

- a) O presidente da Câmara Municipal;
- b) O vereador responsável pelo pelouro de intervenção social;
- c) O presidente da Assembleia Municipal;
- d) 8 presidentes de Junta de Freguesia;
- e) Um representante do Ministério Público da comarca de Abrantes;
- f) O comandante da PSP e o comandante da GNR sedeados na área do município;
- g) Os comandantes da corporação de Bombeiros e da Protecção Civil;
- h) Um representante do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.;

- i) 3 responsáveis por organismos de assistência social com intervenção relevante na área do município;
 - j) 3 representantes a designar por cada uma das associações económicas, patronais e sindicais;
 - k) 6 cidadãos de reconhecida idoneidade;
2. Os membros do Conselho designados por entidades externas aos órgãos autárquicos podem ser substituídos, a todo o tempo, pelas entidades que os designarem.
3. O mandato dos membros do Conselho designados pela Assembleia Municipal, nomeadamente os referidos nas alíneas d), i), j), e k) do n.º 1, cessa com o fim do mandato da Assembleia Municipal que os designe, devendo, porém, manter-se em funções até à sua recondução ou substituição.
4. Para além dos seus membros permanentes, o Conselho poderá solicitar a presença de representantes de outras instituições cuja presença se revele de interesse em função da agenda de cada reunião.
5. O presidente da Câmara Municipal pode ser substituído no Conselho nos termos do art.º 57.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro podendo ainda delegar as suas competências em Vereador, ao abrigo do art.º 69.º n.º 2, da mesma Lei, sempre que se torne necessário para o funcionamento do Conselho.
6. O Presidente da Assembleia Municipal é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º Secretário e este pelo 2.º Secretário da Assembleia Municipal.

Artigo 7º

Mesa

1. Os trabalhos do Conselho são dirigidos por uma mesa, a que presidirá o presidente da Câmara Municipal ou o seu substituto, e que integrará dois secretários a eleger, de entre os seus membros, por escrutínio secreto, pelo Conselho na sua primeira reunião.
2. Compete ao presidente da mesa convocar as reuniões do Conselho, fixar a respectiva ordem de trabalhos, ouvir os restantes membros da mesa, e dirigir os trabalhos.
3. Compete aos secretários registar as presenças nas reuniões, verificar o respectivo quórum, organizar as inscrições para uso da palavra, assegurar o expediente e que as actas sejam lavradas.

CAPÍTULO III

Funcionamento

Artigo 8º

Periodicidade e local das reuniões

1. O Conselho reúne, ordinariamente, uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que regularmente convocado para o efeito.

2. As reuniões realizam-se no edifício da sede do município ou, por decisão do presidente, em qualquer outro local do território do concelho.

Artigo 9º

Convocação das reuniões ordinárias

1. As reuniões são convocadas pelo presidente da mesa, com a antecedência mínima de quinze dias, constando da convocatória o dia, hora e local em que a reunião se realizará.

.

Artigo 10º

Reuniões extraordinárias

1. As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocatória do presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos membros do conselho, devendo o respectivo requerimento especificar o assunto que se pretende ver tratado.

2. As reuniões extraordinárias poderão ainda ser convocadas a requerimento da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal.

3. A convocatória da reunião deve ser feita para um dos quinze dias seguintes à apresentação do requerimento para o efeito, mas sempre com a antecedência mínima de quarenta e oito horas em relação à data da sua realização.

4. Da convocatória, para além do dia, hora e local da sua realização, devem constar de forma especificada os assuntos a tratar na reunião.

Artigo 11º

Ordem do dia

1. Cada reunião terá uma “ordem do dia”, estabelecida pelo presidente, bem como um período de “antes da ordem do dia”.

2. O período de “antes da ordem do dia”, que não poderá exceder sessenta minutos salvo deliberação, caso a caso, do Conselho, destina-se à discussão e análise de quaisquer assuntos pertinentes às funções do Conselho e não incluídos na ordem do dia.

3. O presidente deve incluir na “ordem do dia” todos os assuntos que, para esse fim, lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam na respectiva competência e o pedido seja apresentado, por escrito, com a antecedência mínima de cinco dias em relação à data da convocação.

4. A “ordem do dia” deve ser entregue a todos os membros do Conselho com a antecedência de, pelo menos, oito dias sobre a data de realização da reunião, acompanhada dos elementos necessários para deliberação.

5. Só pode haver deliberação sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, salvo quando, tratando-se de reunião ordinária, o Conselho por maioria de dois terços dos seus membros admita a introdução de novos assuntos.

Artigo 12º

Quórum

1. O Conselho funciona com a maioria dos seus membros.
2. Em segunda convocatória, que pode ser efectuada para o mesmo dia, desde que salvaguardado o período mínimo de 30m após o início da reunião objecto da primeira convocatória, o Conselho pode funcionar desde que esteja presente pelo menos um terço dos seus membros.

Artigo 13º

Direitos e deveres dos membros

1. Todos os membros do Conselho têm o dever de participar nas respectivas reuniões e de elaborar os pareceres que lhes sejam cometidos.
2. Todos os membros do Conselho têm o direito de usar da palavra, apresentar propostas sobre as matérias em debate e a participar na elaboração de qualquer parecer.
3. A palavra será concedida por ordem de inscrição, devendo cada intervenção decorrer no tempo que lhe for estabelecido.

Artigo 14º

Deliberações

A mesa deve procurar que as deliberações sejam tomadas por consenso, sem o qual serão tomadas por maioria.

Capítulo IV

Pareceres

Artigo 15º

Elaboração dos pareceres

1. Para o exercício das competências do Conselho, os seus pareceres serão elaborados e assinados, em representatividade, pelo presidente, com base em dados fornecidos pelos membros do Conselho.
2. Sempre que a matéria em causa o justifique e o Conselho assim o delibere, poderão ser constituídos grupos de trabalho com o objectivo de apresentar um projecto de parecer.
3. Qualquer membro do Conselho pode participar na elaboração de qualquer parecer, designadamente através da apresentação de estudos, propostas e sugestões.

Artigo 16º

Aprovação dos pareceres

1. Os projectos de parecer são apresentados aos membros do Conselho com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data agendada para o seu debate e deliberação.
2. Os pareceres são votados globalmente, considerando-se aprovados quando reúnam o voto favorável da maioria dos membros presentes na reunião.
3. Se um parecer for aprovado com votos contra, os membros discordantes podem requerer que dele conste o sentido em que votaram ou a sua declaração de voto.

Artigo 17º

Periodicidade e conhecimento dos pareceres

1. Os pareceres a emitir pelo Conselho têm periodicidade anual, sem prejuízo da elaboração, a título extraordinário, dos pareceres que se mostrem pertinentes.
2. Os pareceres referidos no ponto anterior são remetidos à Assembleia e à Câmara Municipais, para apreciação, e às autoridades de segurança com competência no território do município, para conhecimento.

Capítulo V

Actas

Artigo 18º

Actas

1. De cada reunião será lavrada acta na qual se registará o que de essencial nela se tiver passado, nomeadamente as presenças verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
2. As actas serão postas à aprovação do conselho no final da respectiva reunião ou no início da seguinte.
3. As actas serão elaboradas sob a responsabilidade de um dos secretários, o qual, após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o presidente.
4. Qualquer membro ausente da reunião em que seja aprovada uma acta onde constem ou se omitam tomadas de posição suas pode, posteriormente, requerer a junção à mesma de declaração sucinta sobre o assunto.

Capítulo VI

Disposições finais

Artigo 19º

Designação de cidadãos

Compete ao presidente da Assembleia Municipal dirigir convite aos cidadãos designados para integrar o Conselho referidos no art. 6º,nº 1, alíneas K), bem como solicitar às entidades referidas no art. 6º,n.º 1, alíneas d), i), e j) a indicação dos respetivos representantes.

Artigo 20º

Posse

Os membros do Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal.

Artigo 21º

Instalação e apoio

Compete ao presidente da Câmara Municipal, nos termos da lei, assegurar a instalação do Conselho e à Câmara Municipal o apoio logístico necessário ao seu funcionamento.

Artigo 22º

Regulamento

1. A primeira reunião do Conselho destina-se a apreciar e emitir parecer sobre este regulamento provisório e deve ocorrer no prazo de noventa dias após a sua receção para o efeito.
2. O parecer emitido é enviado à Assembleia Municipal.
3. Na sua primeira reunião após a receção do parecer do Conselho, a Assembleia Municipal discute e aprova o regulamento definitivo.
4. O regulamento entra em vigor após aprovação na sua versão definitiva, devendo ser imediatamente publicado no boletim municipal.
5. O regulamento pode ser revisto, a todo o tempo, pela Assembleia Municipal, por sua iniciativa, nos termos regimentais, ou sob proposta do Conselho.
6. As dúvidas e/ou casos omissos que surjam deste regulamento serão resolvidos por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do número anterior.